

CORONAVÍRUS

“Não estamos preparados para olhar para a morte como um problema de higiene pública”

Dois antropólogos e um biólogo que passou os últimos 25 anos a lidar com o luto, o seu e o dos outros, reflectem sobre a morte a partir das novas regras para as cerimónias fúnebres

Lucinda Canelas

Imagine uma mulher internada nos cuidados intensivos numa unidade hospitalar, ligada a um ventilador há dias, procurando sobreviver a uma doença que está a matar dezenas de milhares de pessoas em todo o mundo. Imagine-a sozinha nos últimos momentos de vida, porque, apesar da presença constante de médicos e enfermeiros dedicados, é assim que ela está – sozinha. Agora imagine que é alguém que conhece, e ama, desde que nasceu – a sua mãe, uma irmã, uma filha, uma amiga com quem partilhou coisas boas e coisas más desde sempre. E depois imagine que não pode ter ao seu lado aqueles de quem precisa quando se vê obrigado a lidar com uma perda que lhe parece, como todas as grandes perdas, insuperável.

Foi isto que aconteceu a milhares de pessoas em vários países com familiares e amigos que entraram para as estatísticas de vítimas da covid-19. Em Portugal, e por causa da pandemia, os funerais de pessoas

infectadas com o SARS-CoV-2 têm regras específicas desde meados de Março, algumas delas extensíveis a todas as exéquias, independentemente da causa de morte.

Seguindo as indicações da Direcção-Geral de Saúde, que a 16 de Março emitiu uma norma abrangendo óbitos decorrentes da covid-19 e incidindo sobre cuidados *post mortem*, e procedimentos em autópsias e casas mortuárias, a Conferência Episcopal Portuguesa recomendou a todas as dioceses do país que os funerais contassem apenas com os familiares directos, que os velórios se fizessem com brevidade (sem missa) e só no dia em que o corpo vai a sepultar, e que não houvesse qualquer cortejo no cemitério.

Ao decretar o estado de emergência, Governo e Presidente da República também recomendaram que se evitassem aglomerados em cerimónias fúnebres e deram poder às autarquias para decidirem como proceder relativamente ao funcionamento dos cemitérios municipais.

Em Lisboa, os funerais de casos

confirmados ou suspeitos de covid-19 estão limitados a cinco pessoas (nos restantes a dez) e recomenda-se a cremação do corpo. No Porto é de dez o número máximo e os cemitérios só abrem para funerais. Em Seia, por exemplo, a autarquia pede aos presentes que se mantenham afastados uns dos outros cerca de dois metros e regista o nome e o contacto de todos os que assistem às exéquias para que, se vier a confirmar-se a doença em algum, os familiares e os funcionários das funerárias e dos cemitérios possam ser avisados de imediato. Moura também restringiu os velórios à família directa e proibiu flores em casas mortuárias e cemitérios.

Em todos os casos em que a morte decorre da covid-19, e respeitando o determinado pela DGS, o corpo é colocado num saco impermeável, “preferencialmente de dupla embalagem”, e “o caixão deverá manter-se fechado durante o funeral, não permitindo que os familiares toquem no corpo”. Como é que todas estas alterações dos rituais fúnebres mexem na forma como se faz o luto?

E para que é que precisamos dele enquanto seres humanos, religiosos ou não? Como pode afectar-nos não conseguirmos despedir-nos de



Velórios e funerais servem, em parte, para que a sociedade assimile que um dos seus membros já não existe

José Eduardo Rebelo

alguém que nos é próximo na doença e mesmo na morte?

“Não estamos preparados para olhar para a morte como um problema sanitário, de higiene pública, precisamos de mais”, diz o antropólogo e poeta Luís Quintais, que há uns meses, e no âmbito da Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra, fez parte de um grupo multidisciplinar composto também por arquitectos e psicanalistas que procurou dar uma “resposta convincente” à pergunta: onde colocar os restos mortais depois de cremados os corpos? “Chamámos-lhe Panteão de Cinzas, porque os panteões são lugares de memória, de memórias, não são apenas edifícios.”

A morte, acrescenta, mexe sempre com a memória, com a identidade, e é por isso que, num cenário de pandemia como o que hoje se vive, as imagens que chegam de Itália, de Espanha ou do Irão mostrando enterramentos em massa, sem rituais, tão assépticos quanto o possível, têm potencial para “desassossegar”.

“O que está a acontecer até em Portugal, com as regras novas dos funerais, as limitações ao número de pessoas e aos rituais religiosos, mesmo numa sociedade como a nossa que sendo fundamentalmente católica tem sobretudo práticas seculares, é difícil de aceitar para a maioria das pessoas”, garante Quintais, professor do departamento de Antropologia da



Universidade de Coimbra. E “aceitar” é um verbo-chave quando se trata da morte, do luto.

De cada um e de todos

Ainda que o luto, expectável (um filho a quem morre o pai) ou não expectável (o pai a quem morre um filho), se faça, em última análise, em solidão, os rituais fúnebres são importantes, defende José Eduardo Rebelo, um biólogo marinho especialista em peixes e estuários que, na sequência de uma tragédia pessoal (perdeu a mulher e as duas filhas num acidente de viação), passou as últimas décadas a estudar aquilo que define como o tempo que decorre entre a morte de alguém próximo, “inconscientemente um garante da nossa sobrevivência através dos afectos”, e a criação de um novo equilíbrio na ausência dessa pessoa. Mesmo quando não há uma

aceitação da perda, “como no caso de uma mãe que fica sem um filho”, mas uma conformação.

“O luto é sempre individual, porque é o indivíduo que precisa de se reestruturar perante o que perdeu, mas a família e a comunidade também têm necessidade de o fazer, à sua maneira. Velórios e funerais servem, em parte, para isso, para que a sociedade assimile que um dos seus membros já não existe”, diz este professor de Biologia da Universidade de Aveiro que criou diversas estruturas ligadas a esta temática, entre elas a Apelo, uma associação de natureza comunitária destinada a apoiar pessoas que lidam com a morte de um familiar ou amigo, e o Espaço do Luto, dedicada à investigação e à formação de técnicos (Rebelo prefere não usar a palavra “conselheiros” porque “a sua função não é dar conselhos, mas ouvir, estar



A pandemia acabou com velórios e com cortejos fúnebres nos cemitérios

como um processo de higienização, “coloca a nossa identidade em causa, a nossa capacidade de nos regenerarmos”, acrescenta o antropólogo Luís Quintais. E sublinha o paradoxo em que vivem as sociedades contemporâneas ocidentais: “Temos a percepção de que a sociedade é fortemente atomizada, feita de peças desirmanadas, mas a morte exige uma resposta comunitária e isso é antropológicamente decisivo. Sem as cerimónias fúnebres, rituais, perdemos a hipótese de responder à morte enquanto elementos de uma comunidade. E isso é um problema, porque só somos capazes de nos definir como indivíduos na relação com os outros.”

Manter as distâncias mesmo nos pequenos grupos que ainda são permitidos de acordo com as novas regras também pode representar uma dificuldade, reforça Quintais: “A nossa capacidade de regeneração depende do contacto com os outros, uma espécie de contágio simbólico. Se não nos podemos encontrar, tocar, essa troca fica seriamente comprometida e num momento em que estamos particularmente vulneráveis, frágeis. O nosso desassossego torna-se, então, ainda mais insanável.”

O facto de não se poder ver o morto, de não se poder tocar-lhe, pode ser outro entrave, acrescenta Clara Saraiva. “Nas nossas sociedades, em particular desde o início do século XX, fala-se pouco da morte. Vivemos, apesar de tudo, tempos menos violentos do que em séculos anteriores e houve uma profissionalização da morte. As pessoas passaram a morrer nos hospitais e não em casa; os velórios passaram para as capelas mortuárias; as funerárias preparam o corpo e não os familiares. Mas em certas comunidades, sobretudo rurais, as pessoas ainda se despedem do cadáver com um beijo.”

Ver o morto, acrescenta José Rebelo, autor de livros como *O Luto – Vivências, Superação e Apoio* (Afrontamento, 2019), ajuda a racionalizar

presente”).

Clara Saraiva, especializada na área da antropologia da religião e rituais, não tem dúvidas de que as actuais limitações às cerimónias fúnebres impostas pelo combate ao novo coronavírus terão um impacto negativo em muitas pessoas, sobretudo se a ela se juntarem as restrições de acompanhamento na doença.

“Costuma dizer-se que os funerais são para os vivos e são – para os familiares, os amigos, a comunidade. Não estamos habituados a que as pessoas, como vemos agora em Itália, morram sozinhas e que o seu cadáver seja cremado ou enterrado sem a família e os amigos presentes”, diz esta investigadora do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa que tem dedicado parte do seu tempo ao estudo das concepções sobre a morte e os seus ritos.

Um problema de identidade

A morte sem ritual, tomada apenas



A nossa capacidade de regeneração depende do contacto com os outros, uma espécie de contágio simbólico

Luís Quintais

Área: 1205cm² / 63%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6801719

a perda. “Sem o vermos podemos entrar num processo de negação. É por isso que são tão difíceis os desaparecimentos. Ver o corpo é constatar que aquela pessoa morreu. Para muitos esse momento de despedida é determinante”, diz este investigador, que se divide entre a Biologia e a Psicologia do Luto e que, com a associação que fundou, presta agora apoio a pessoas e a famílias *online*.

“Mesmo este acompanhamento à distância da pessoa em luto é muito difícil para os técnicos”, acrescenta, “porque a comunicação não se restringe à palavra, precisa da expressão do corpo”. “Cerca de 75% dos nossos comportamentos são ditados pelas emoções e são elas que contextualizam as palavras.”

As imagens de corpos a serem depositados em valas comuns, de

dezenas de caixões transportados em camiões, de morgues improvisadas e de fornos crematórios a trabalharem sem parar são difíceis de digerir. Talvez porque há nelas uma espécie de gatilho empático. José Rebelo explica: “Olhamos para aquilo e pensamos: ‘E se fosse um dos meus?’ E só a ideia de ser um dos nossos...”
lcanelas@publico.pt

Joana perdeu o irmão e o marido: “Queria despedir-me, mas não podia”

Susana Pinheiro

Em poucos dias, Joana (nome fictício) perdeu o irmão e o marido, vítimas de covid-19. “Queria despedir-me deles, mas não podia”, desabafa a farmacêutica, ao telefone com o PÚBLICO. O irmão estava no Algarve e o marido acabou por morrer depois de ter sido internado, na região do Porto. “Sei que fiz tudo o que estava ao meu alcance para o ver, abraçar e acarinhar”, lamenta.

Quando Joana, de 55 anos, atende o telefone, começa por dizer, voz pausada: “É horrível fazer o luto sem me ter despedido do meu marido e do meu irmão. Não tenho culpa de não o ter feito, mas vou ficar com esse vazio e mágoa para sempre, além de revoltada com essa coisa chamada ‘covid-19’ que nos está a condicionar a vida.” É esta doença que a obriga a estar só: “Estou a sofrer sozinha. Sinto falta de um abraço.” Para enganar a solidão telefona ou faz videochamadas. “Cada um tem de chorar sozinho, no seu canto, mas eu gostava de abraçar a minha cunhada que está a passar pelo mesmo que eu, porque também perdeu o marido, de nos consolarmos e apoiarmos uma à outra”, prossegue, a chorar a partir da casa de familiares para onde foi fazer o luto sozinha, porque não consegue voltar à sua casa onde estão as recordações de 12 anos

de casamento.

Do outro lado da linha faz-se silêncio. É difícil para Joana descrever a forma como está a viver o luto. “O meu irmão, de 58 anos, foi a segunda vítima mortal do Algarve que tanto se noticiava”, a 27 de Março, explica. Era professor e teve uma reunião, na escola, com uma colega que veio de Itália e não sabia que tinha contraído a doença. O irmão e mulher fizeram a quarentena. Ele acusou covid-19, ela não. “Só que, no último dia de quarentena, teve picos de febre alta, foi internado de urgência e teve uma paragem cardíaca”, não resistindo, conta Joana, acrescentando que “a cunhada ainda o viu através do vidro, quando ele estava internado nos cuidados intensivos”. Foi depois cremado e as cinzas enterradas na sepultura da família, no Norte do país.

Já o marido de Joana, 58 anos, foi internado, no Norte do país, não com covid-19, mas por doença hepática, acabando por morrer vítima da primeira, no hospital. “No segundo dia de internamento, já não me deixaram vê-lo, não eram permitidas visitas por causa do coronavírus.” Mais, desabafa: “Estive nove dias sem o abraçar, sem estar com ele.” Os médicos, porém, foram de um “conforto extremo”, pois telefonavam, diariamente, a dar notícias do estado do marido e chegaram a pô-los em contacto atra-

vés de videochamada.

O marido foi transferido para os cuidados intermédios, mas sofreu uma queda e teve de fazer um exame. “Deve ter sido, nessa altura, que foi infectado com coronavírus, porque depois já tinha febres altas, pneumonia e o exame à covid-19 acusou positivo”, conta. A farmacêutica lamenta não ter estado com o marido na hora da morte. “Morreu sozinho, no quarto do hospital, não me despedi, nem sequer o pude beijar quando foi a cremar porque o caixão estava fechado”, desabafa a chorar. O que a conforta é saber, através de uma médica, que o marido não sofreu. “Mas faz-me tanta falta tê-lo visto ao vivo”, soluça.

Ainda acompanhou a urna até ao crematório de Matosinhos e conseguiu colocar umas flores no caixão fechado. “Levei depois o pote de cinzas que foi a sepultar na campa do pai dele”, conta, sublinhando que não houve qualquer cerimónia fúnebre. “Só o tempo vai atenuar a dor deste pesadelo que estamos a viver, mas vai marcar-nos para sempre”, resume. O que a sossegou um pouco foi, há dias, ter assistido, através de YouTube, à celebração da missa de sétimo dia dos dois familiares. Joana despede-se, ao telefone, com o desejo de um abraço forte, já que o físico, de que “tanto precisa”, não é possível dá-lo, volta a lamentar.